


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001026-06.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Dimas Roberto da Cruz Locadora-me (Nome Fantasia: Locadora Geração)**
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução oposto por **DIMAS ROBERTO DA CRUZ LOCADORA – ME** e **OUTRO** contra a instituição financeira, ora embargada, por um título denominado cédula de crédito bancário. Sustenta, em síntese, falta de liquidez, certeza e exibilidade do crédito e abusividade nas cobranças de juros e taxas.

Em sua impugnação (fls. 145/180), o embargado sustentou ser possível a cobrança de capitalização mensal de juros, quando há expressa pactuação. Diante disso, requereu a improcedência.

As partes, instadas a especificar, de forma justificada, a necessidade de produção de provas, nada requereram nesse sentido (fls. 189/191 e 192/193).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento antecipado, porquanto as partes, instadas a manifestar sobre as provas, dispensaram-nas. A discussão é sobre a higidez do título executivo denominado cédula de crédito bancário.

A Lei nº 10.913/04, em seu artigo 28, taxativamente estabelece que: “A cédula de crédito é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaboradas conforme previsto no parágrafo 2º”.

A esse respeito, ensina HUMBERTO THEODORO JÚNIOR:

A cédula de crédito bancário trata-se de uma promessa de pagamento em dinheiro, representativa de qualquer modalidade de operação bancária ativa, seja abertura de crédito, mútuo, financiamento, desconto, constitui um título executivo que enseja ação de embargos e não de conhecimento. Ressalta-se, ainda, que a liquidez que embasa a executividade do título decorre tanto da menção de valor certo no próprio documento como de extrato de conta corrente bancária ou planilha de cálculos emitidos pelo banco/credor, após o inadimplemento da promessa. (...) Não há, pois, a menor sombra de dúvida de que a cédula de crédito bancário é título de crédito com força executiva, criado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por lei, portanto, típico, que representa direito certo, líquido e exigível por expressa disposição de legal. (in Revista de Direito Bancário, outubro-dezembro de 2003, págs. 13/52).

Nesse diapasão, a Súmula nº 14 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estabelece: "a cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10.931/04 é título executivo extrajudicial".

As normas legais em que se baseia a cédula de crédito bancário, por sua vez, são constitucionais. Além disso, não é o caso de se aplicar o Código de Defesa do Consumidor, porquanto o crédito é destinado ao desempenho das atividades empresariais da embargante. Sobre essas duas questões, assim se manifestou, recentemente, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

CONTRATOS BANCÁRIOS – embargos à execução – cédula de crédito bancário firmadas em 28 e 31 de outubro de 2016 (capital de giro e conta garantida) – Parcial procedência - Recursos utilizados por pessoa jurídica como fomento financeiro para desenvolvimento de suas atividades, cujo desiderato é o lucro - Descaracterização como destinatária final - Relação de consumo não caracterizada – Inaplicabilidade do CDC na exegese da teoria finalista que informa o art. 2º da Lei número 8.078/1990 - Títulos dotados de força executiva (CPC/2015, art. 784, XII, ou art. 585, VIII, do CPC/1973, c.c. Lei 10.931/04, art. 28; REsp Repetitivo 1.291.575-PR e Súmula 14 do TJSP) – Constitucionalidade da Lei nº 10.931/2004 por ausência de ofensa à Constituição Federal, art. 59, parágrafo único, ou à remetida Lei Complementar 95/98, regulamentada pelo Decreto nº 4.176, de 28/03/2002 (ADI-MC 1.096/RS, RE 600.912) – Desnecessidade da assinatura de duas testemunhas - Contrato de conta garantida - Capitalização inexistente diante da sistemática adotada na espécie - Contrato CCB (capital de giro) com estipulação de taxa de juros efetiva anual superior ao duodécuplo da taxa mensal, capitalização e método composto – Legalidade e regularidade (Súmula STJ 541) - CCB admite capitalização de juros quando expressamente pactuada (Lei número 10.931/2004, art. 28, § 1º, I) - Contrato firmado após 31/03/2000, à égide da MP 1.963-17/2000, reeditada como MP 2.170-36/2001, e ratificada na EC 32/2001, cujo artigo 5º também prevê capitalização de juros quando expressamente pactuada (STJ, Súmula 539) – Ausência de previsão de cobrança da comissão de permanência no demonstrativo de débito a inviabilizar o conhecimento da matéria – Sentença mantida - Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido. (TJSP; Apelação 1006464-03.2017.8.26.0010; Relator (a): José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional X - Ipiranga - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/07/2018; Data de Registro: 02/07/2018).

É importante destacar que é possível a capitalização mensal de juros, desde que pactuada expressamente. No caso, ainda que não houvesse pactuação, a capitalização mensal de juros haveria de ser demonstrada.

Para se saber se há capitalização mensal indevida, acumulação de juros, multa, bem assim ilegalidade na cobrança de multa e encargos financeiros – temas, esses, colocados nos embargos – a prova pericial contábil é indispensável.

Contudo, o embargante, instado a requerer, de forma jusustificada, a produção de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

provas, manteve-se inerte, não se desincumbindo de seu ônus.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado nos embargos, de forma que a execução manterá o seu curso contra o embargante. Condeno, o embargante, nas custas e despesas processuais, bem assim nos honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa atribuído nestes embargos, nos termos do que dispõe o art. 85, §2º, do Código de Processo Civil, observada a gratuidade concedida.

Honorários pelo Convênio em 100%. Expeça-se certidão.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 10 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**